



PARECER JR Nº 26/2020 JUNTA DE RECURSOS JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: São João Del Rei

NMAA: Centro Sul (Barbacena)

GRS: São João Del Rei

Nº PROCESSO SEI: 1320.01.0042958/2019-64

SEI de Encaminhamento à Junta de Recursos: 1320.01.0082976/2019-61

ATIVIDADE SISAUD: 571

RECORRENTE: Secretaria Municipal de Saúde

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde de São João Del Rei, de 13 a 17 de maio de 2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 836/2019, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

1 - Constatação nº: 574793 - A Secretaria Municipal de Saúde não utiliza protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'e'; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º inciso III.

2 - Constatação nº: 574795 - As equipes do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não são capacitadas de forma permanente. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso V.



3 - Constatação nº: 574807 - O Tratamento Fora do Domicílio (TFD) não é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 1, § 2º.

4 - Constatação nº: 574809 - Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 6º.

PARECER

A auditoria na SMS de São João Del Rei objetivou verificar possíveis irregularidades apontadas na denúncia referente à marcação de consultas e exames de média e alta complexidade pelo Serviço de Controle Regulação e Avaliação/SCRA, aos usuários do SUS do município.

O Auditado se manifestou às fls. 211-219 (**Processo SEI de Encaminhamento à Junta de Recursos:** 1320.01.0082976/2019-61 -

Documento: Defesa do Auditado (ofício nº 0171/2019/Gabinete do Secretário) - 571 (15410866)), justificando as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

1 - Constatação nº: 574793 - A Secretaria Municipal de Saúde não utiliza protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Assim se manifestou o Auditado:

“Reiteramos a consideração de que é Atribuição do Ministério da Saúde a elaboração e alteração dos Protocolos Clínicos, conforme disposto no Art. 19-Q, e sua definição constante no inciso II do Art. 19 - N da Lei Nº 12.401/11

‘Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.



‘Art. 19-N. Para os efeitos do disposto no art. 19-M, são adotadas as seguintes definições: II - colo clínico e diretriz terapêutica: documento que estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados, quando couber; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS.’

Vale transcrever, também, o disposto no site da CONITEC no endereço eletrônico <http://conitec.gov.br/index.php/protocolo-clinico>:

*‘Os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são documentos que visam garantir o melhor cuidado à saúde do paciente ou usuário do SUS. **São os documentos oficiais do Ministério da Saúde** que estabelecem para várias doenças como devem ser feitos o diagnóstico, o tratamento (com critérios de inclusão e exclusão definidos) e o acompanhamento dos pacientes. Eles incluem informações sobre medicamentos, exames e demais terapias e são elaborados a partir de dados confiáveis e com qualidade científica. **Esses PCDT devem ser utilizados por profissionais de saúde e gestores do sistema de saúde.** Incluem as tecnologias mais apropriadas para o diagnóstico e o tratamento de uma determinada doença ou condição. **A tecnologias indicadas são apenas recomendadas, mas efetivamente disponibilizadas e integralmente cobertas pelo SUS para todos os que delas necessitam.**’*

Informamos que no dia 12/12/2019 ocorreu reunião com enfermeiros, gerentes e médicos, conforme cópia da pauta e lista de presença anexa, para apresentação da obrigatoriedade de adoção dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para utilização nas Unidades de Saúde, e por consequência nesta reunião acordou-se necessário uma regulamentação.

*Assim, Diante do exposto e considerando a aplicação de advertência pela Assessoria de Auditoria, manifestamos **que neste primeiro momento regulamentamos no município no âmbito do SUS, por meio da***



Resolução-SMS 018/2019 (cópia anexa), a obrigatoriedade de utilização dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde pelos profissionais na rotina e prática diária das ações em saúde em todas as Unidades Públicas de Saúde juntamente com os Formulários de Procedimentos Operacionais Padrão - POP's em consonância com as diretrizes do SUS.

Importante informar que todas as nossas Unidades de Saúde possuem disponibilidade e acessibilidade aos protocolos clínicos do Ministério da Saúde, pois estão informatizadas e com acesso a internet para o uso dos profissionais de saúde.

E destacamos, que em atendimento a recomendação da Assessoria de Auditoria, foi incumbido a Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica - CPFT desta secretaria o trabalho de elaborar documento Municipal baseado nos PCDT's do Ministério da Saúde e Linhas Guias de Cuidado do Estado e segundo perfil epidemiológico do município, para o ano vindouro."

Análise:

O Auditado informou que no dia 12/12/2019, realizou uma reunião com enfermeiros, gerentes e médicos. Encaminhou cópias, às folhas 215, 218 e 219, da pauta e lista de presença da reunião, cujo objetivo seria a apresentação da obrigatoriedade de adoção dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para utilização nas Unidades de Saúde. Encaminhou ainda, cópia da Resolução-SMS 018/2019, às folhas 217. O Auditado destacou que delegou à Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica o trabalho de elaborar documento municipal baseado nos PCDT's do Ministério da Saúde e Linhas Guias de Cuidado do Estado, de acordo com perfil epidemiológico do município, para o ano de 2020. Consideramos que a correção da irregularidade encontrava-se em andamento na época da apresentação do recurso.

2 - Constatação nº: 574795 - As equipes do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Assim se manifestou o Auditado:

"A SMS acata a recomendação da Assessoria de Auditoria e se compromete em não medir esforços para firmar parcerias com Instituições de ensino e/ou diretamente por parte do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde, Cosems-MG, AMM-MG E entre outras, para capacitação e/ e ou qualificação de forma permanente para sua equipe do SCRA com registro de



cronograma conforme disposto no inciso V, Art. 10, Anexo XXVI da Portaria de Consolidação 2/2017:

‘Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, art. 10)

V - capacitar de forma permanente as equipes de regulação, controle e avaliação; e (Origem: MS/GM 1559/2008, art. 10, V).’

Contudo, não se pode esquecer que os Programas de Educação Permanente só são possíveis quando da existência de colegiados de Gestão Regional, com a participação das Comissões Permanentes de integração ensino-serviço (CIES), conforme disposto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 2/2017 que trata da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Origem: PRT MS/GM 198/2004), bem como que a sistematização dessas capacitações depende da disponibilidade e cronograma coordenados pelos Órgãos e Instituições parceiras.”

Análise

O Auditado se comprometeu a não medir esforços para firmar parcerias com as instituições de ensino e/ou diretamente com o Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde, Cosems-MG, AMM-MG, entre outros, para capacitação e qualificação de forma permanente da sua equipe. Em análise de primeira instância, a equipe de auditores acatou parcialmente a documentação apresentada pelo Auditado, que segundo eles comprovaram a iniciativa da SMS em capacitar os servidores do SCRA. Nesse sentido, consideramos que a correção da irregularidade encontrava-se em andamento na época da apresentação do recurso.

3 - Constatação nº: 574807 - O Tratamento Fora do Domicílio (TFD) não é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS.

Assim se manifestou o Auditado:

“A SMS acata a recomendação da Assessoria de Auditoria



acerca da adequação na rotina de trabalho do TFD, para atender ao disposto na Portaria SAS/MS nº 55/1999 quanto a concessão do serviço de TFD, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública de saúde ou contratada do SUS. Para tanto, em reunião ocorrida no dia 12/12/2019 solicitamos a colaboração de nossos profissionais de saúde das Unidades Públicas, médicos e enfermeiros, para atendimento, avaliação do diagnóstico e encaminhamento de todos os pacientes que necessitarem de procedimentos fora do domicílio, e por consequência, o preenchimento de laudos médicos e formulários específicos do Serviço Municipal de TFD. Todos os pacientes só terão acesso aos serviços do TFD, após atendimento em nossas Unidades Públicas de Saúde ou contratadas.

*Contudo reiteramos nosso entendimento que uma **norma infraconstitucional**, a Portaria nº 55/99 que trata do serviço de TFD, não pode sobrepor a Carta Magna do país, bem como os **princípios do SUS regidos pela Lei 8080/90**, no que se refere ao acesso de forma igualitária e universal da assistência à saúde, sem preconceito ou privilégios de qualquer espécie.” **Análise:***

Em visita ‘*in loco*’ a equipe de auditores constatou ausência do impresso de encaminhamento, documento que dá início ao processo de marcação para Tratamento Fora do Domicílio, o que impossibilitou a equipe constatar se o paciente era proveniente de unidades assistenciais vinculadas ao SUS.

Em entrevista com a gerente do TFD, essa relatou aos auditores que o impresso de encaminhamento ficava com o paciente e destacou que qualquer paciente da rede particular ou do SUS poderia ser encaminhado via TFD na SMS de São João Del-Rei, desde que tivesse os devidos formulários preenchidos pelo médico assistente.

O Auditado informou que acataria a recomendação da Assessoria de Auditoria acerca da adequação na rotina de trabalho do TFD, para atender ao disposto na Portaria MS/SAS nº 55/1999. Contudo, reiterou o entendimento de que uma norma infraconstitucional não poderia sobrepor a Constituição Federal, bem como os princípios do SUS regidos pela Lei Federal nº 8.080/1990.

Esclarecemos que neste ponto não cabe a esta Junta de Recursos analisar a inconstitucionalidade de legislação infraconstitucional, mas sim se o recurso, bem como a documentação probatória apresentada pelo Auditado está em consonância com a legislação vigente.

Pois bem, de acordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, o TFD será concedido, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública ou conveniada ou contratada do SUS. Nesse sentido, consideramos que devido à



ausência de documentação probatória que demonstre a correção da irregularidade ou que a correção estaria em andamento, consideramos como não corrigida.

4 - Constatação nº: 574809 - Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Assim se manifestou o Auditado:

“A SMS acata a recomendação da Assessoria de Auditoria quanto a necessidade de nomeação de Comissão Municipal do Serviço de TFD, e para tanto, envia cópia da Resolução-SMS 017/2019 de 09 de dezembro de 2019 que compõe a Comissão Municipal do Serviço de TFD e nomeia os membros responsáveis e pertencentes a estrutura específica do serviço, bem como acrescentando mais dois profissionais de saúde 01 (uma) médica e assistente social.”

Análise:

O Auditado encaminhou cópia da Resolução-SMS 017/2019 de 9/12/2019 (às folhas 216), que define a composição da Comissão Municipal do



Serviço de TFD e nomeia os membros responsáveis e pertencentes à estrutura específica do serviço, bem como acrescentando mais dois profissionais de saúde (médica e assistente social). Consideramos a irregularidade como corrigida.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades, ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento. Entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita, referentes aos itens **1 (constatação nº: 574793)**, **2 (constatação nº: 574795)** e **4 (constatação nº: 574809)**.

Em relação ao item **3 (constatação nº: 574807)**, consideramos que não foi apresentada justificativa acompanhada de documentação probatória apta a afastar a irregularidade, motivo pelo qual entendemos pela manutenção da penalidade de Advertência Escrita imposta a SMS de São João Del Rei.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 3 de julho de 2020.